



2010 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

O LIVRO DIDÁTICO DE FILOSOFIA: DA SUA INVISIBILIDADE A FUNÇÃO DE DISPOSITIVO PEDAGÓGICO NAS POLÍTICAS CURRICULARES

Raquel Brum Sturza - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Título: O LIVRO DIDÁTICO DE FILOSOFIA: DA SUA INVISIBILIDADE A FUNÇÃO DE DISPOSITIVO PEDAGÓGICO NAS POLÍTICAS CURRICULARES

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os primeiros encaminhamentos da pesquisa de dissertação, em especial sua problemática, que trata, de compreender as condições de emergência do livro didático de filosofia como um dispositivo pedagógico entre os anos 1980 e 2017. A partir de leituras já realizadas, é possível perceber que nos documentos das políticas curriculares, que regulam o ensino de filosofia (nos anos 1980, 1990 e 2000), o livro didático não figura como um recurso para o seu ensino, ou seja, há uma invisibilidade do livro didático de filosofia nos discursos veiculados nestes documentos. É somente após o ano de 2008, com a reinserção da filosofia no ensino médio, que se impõe uma política pública para livro didático de filosofia, sobretudo, um livro didático que é regulado e que atende a normas específicas para sua distribuição. Desta forma, o livro didático de filosofia, passa de uma invisibilidade no que diz respeito às políticas públicas, para um lugar de destaque, tornando-se, em nossa perspectiva, um dispositivo pedagógico.

Palavras-chave: livro didático – filosofia – ensino.

Título: O LIVRO DIDÁTICO DE FILOSOFIA: DA SUA INVISIBILIDADE A FUNÇÃO DE DISPOSITIVO PEDAGÓGICO NAS POLÍTICAS CURRICULARES

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os primeiros encaminhamentos da pesquisa de dissertação, em especial sua problemática, que trata, de compreender as condições de emergência do livro didático de filosofia como um dispositivo pedagógico entre os anos 1980 e 2017. A partir de leituras já realizadas, é possível perceber que nos documentos das políticas curriculares, que regulam o ensino de filosofia (nos anos 1980, 1990 e 2000), o livro didático não figura como um recurso para o seu ensino, ou seja, há uma invisibilidade do livro didático de filosofia nos discursos veiculados nestes documentos. É somente após o ano de 2008, com a reinserção da filosofia no ensino médio, que se impõe uma política pública para livro didático de filosofia, sobretudo, um livro didático que é regulado e que atende a normas específicas para sua distribuição. Desta forma, o livro didático de filosofia, passa de uma invisibilidade no que diz respeito às políticas públicas, para um lugar de destaque, tornando-se, em nossa perspectiva, um dispositivo pedagógico.

Palavras-chave: livro didático – filosofia – ensino.

Para Silveira (2015), o lugar da filosofia no currículo do ensino médio, e no contexto educacional brasileiro contemporâneo, faz suscitar um debate amplo e que está longe de chegar a um consenso. O que ensinar como ensinar? Como ensinar? E para quem ensinar? São interrogações que emergem no contexto dessas discussões, que produzem efeitos nos alunos do ensino médio brasileiro.

A história do ensino de filosofia no Brasil mostra como a disciplina nem sempre recebeu a devida importância no currículo escolar, passando por momentos de total exclusão do currículo do ensino básico. Segundo Salatiel (2011), a filosofia era entendida como tendo a tarefa de fazer o homem pensar, refletir, criticar, foi muitas vezes vista com desconfiança por agentes públicos que a consideraram um mal a ser extirpado, um conhecimento que poderia levar a massa populacional a fugir do controle de ideologias pré-fabricadas, que atenderiam a interesses de uma minoria, portanto, uma ameaça que precisava ser contida. Como exemplo, a situação enfrentada pela filosofia durante a Ditadura Militar no Brasil, delimitada entre os anos de 1964 a 1985.

Os anos se passaram, e houve um processo de redemocratização e abertura política no Brasil, mas os resquícios do passado autoritário perduraram nos anos seguintes. Em 2000, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN, as discussões sobre o ensino de filosofia voltaram à cena, no entanto, ganhou força legal somente com a alteração, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 9.394/96, pela lei 11.684/2008.

Recentemente a filosofia “ganhou” um novo sentido com o último texto da reforma do ensino médio, aprovado no Plenário do Senado no dia 08 de fevereiro de 2017, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016, que alterou a LDB 9394/96. O mesmo foi sancionado no dia 16 de fevereiro de 2017 pelo presidente Michel Temer. No novo texto, o art. 35-A, §2º afirma: “A base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente **estudos e práticas** de educação física, arte, sociologia e filosofia”. Este sentido é novo, pois o documento reconhece a importância da filosofia para a formação dos estudantes, não mais como “disciplina obrigatória”, e sim como “estudos e práticas”. No entanto, não é claro o que significa estudos e práticas para o ensino de filosofia.

Entre idas e vindas da filosofia no currículo do ensino médio brasileiro, um recurso para o seu ensino, o livro didático de filosofia foi instituído através de uma política pública. No ano de 2011 o Programa Nacional do Livro Didático, que tem como função avaliar, comprar e distribuir livros didáticos para as escolas públicas lançou o primeiro edital de seleção de livros didáticos de filosofia. Sendo que a distribuição dos livros selecionados ocorreu no ano de 2012. Posteriormente, foram lançados outros dois editais de seleção e distribuição nos anos 2015 e 2018.

No entanto, algumas ações como a produção de livros didáticos de filosofia já eram presentes no cenário brasileiro desde os anos 1980.

Marilena Chauí, na aula inaugural do curso de Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Paraná, em abril de 2017, explicou o processo de resistência, ocorrido durante e após a ditadura militar, pelo retorno da filosofia no currículo do ensino médio. Segundo a filósofa, nos anos 1970, as associações de docentes e estudantes de todo país lutaram pela valorização das humanidades no ensino secundário entre eles estiveram grupos que organizaram a formação pedagógica dos estudantes (de graduação) e começaram a preparar materiais didáticos de filosofia, que inexistiam no Brasil. No período de 1980 a 1990 esta luta prosseguiu, tendo como um de seus objetivos principais preparar os alunos dos cursos de filosofia para serem professores, pois a luta era justamente pelo seu retorno ao ensino secundário. Era necessária, então, a formação de professores de filosofia e não de bacharéis.

Os documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996); Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (CEB/CNE nº3/1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (CEB/CNE nº 2/2012), entre outros, que regulam o ensino de filosofia, o livro didático não figura como um recurso para o seu ensino, ou seja, sobre ele nada é pronunciado, nada é dito, constata-se a sua invisibilidade. É somente após o ano de 2008, com a reinserção da filosofia no ensino médio, que emerge a necessidade de uma política pública para livro didático de filosofia, sobretudo, um livro didático que é regulado e que atende a normas específicas para sua distribuição. É justamente, esta emergência do livro didático de filosofia que pretendo investigar ao longo da pesquisa.

Como resultado dos primeiros estudos e análises percebemos que o livro didático de filosofia passa de uma invisibilidade nas políticas públicas, para um lugar de destaque, tornando-se um *dispositivo* pedagógico. Inspirada em Foucault entendo, por dispositivo pedagógico, uma estratégia, uma tática, que corresponde a uma necessidade; uma rede de relações que implica leis, instituições, discursos que tem como objetivo responder a questões educacionais, pedagógicas. O que se apresenta, então, na continuidade de nossa pesquisa é a pergunta pelas condições de emergência do livro didático de filosofia, a partir do ano de 2011. Quais discursos enunciam o livro didático de filosofia como um dispositivo pedagógico para o ensino da filosofia?

Para pensar o livro didático de filosofia como um dispositivo pedagógico e as suas condições de emergência, o conceito de dispositivo será fundamental. Faremos uma analítica discursiva com inspiração nas obras de Michel Foucault. O termo dispositivo não é detidamente discutido, nem sequer definido por Foucault em suas obras. Desta forma, é necessário buscar compreender sua noção de dispositivo, através de suas entrevistas e nos comentários críticos de seus contemporâneos. Para Castro (20126), podemos delimitar a noção foucaultiana de dispositivo como,

[...] a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito". (CASTRO, 2016, p.124)

Além disso, trata-se de "uma formação que, em um momento dado, teve por função respondera uma urgência. O dispositivo tem, assim, uma função estratégica." (CASTRO, p.124). No que tange à sua função metodológica, o dispositivo aparece como formação ou arena sobre a qual o investigador atua como um desembaraçador das linhas entrelaçadas, percorrendo-as como as divisões de um mapa, constatando desníveis e desvios do terreno (DELEUZE, 2011, p.1). Isto é, o dispositivo é concebido como algo existente que requer análise. Contudo, se o dispositivo existe é porque foi fabricado, inventado. Paul Veyne insiste: "ele [o dispositivo] inscreve no real o que não existe, submetendo-o à divisão do verdadeiro e do falso" (VEYNE, 2011, p.166). Assim, cabe ao genealogista exibir esta fabricação, não como um detentor da verdade dos fatos, mas como um ficcionista, a partir da composição de um roteiro baseado em documentos oficiais como relatórios de polícia, decisões judiciais, prontuários hospitalares, atas de assembleias, entre outros.

Vale salientar algumas informações sobre a presença dos livros didáticos de filosofia no PNLD. O primeiro edital do PNLD, no ano de 2012, que contemplou os livros didáticos de filosofia aprovou três obras. Pela primeira vez, na história deste programa, foram definidos critérios que representam um padrão consensual mínimo de qualidade para as obras didáticas de filosofia. Em 2015, no segundo edital, foram aprovadas cinco obras, duas a mais que no edital anterior. E por fim, no ano de 2018, foi aprovado um total de oito obras. A partir de uma rápida leitura e análise dos Guias do Livro Didático de Filosofia, disponibilizados pelo PNLD, é possível perceber mudanças no que diz respeito às exigências feitas para as editoras e autores, levando em consideração as políticas curriculares, no que diz respeito ao formato do livro, sua estrutura, interdisciplinaridade, e até mesmo, a presença, no livro didático das questões tecnológicas.

Consideramos que a potência de nossa pesquisa está no fato de não pretender responder as questões mais frequentes sobre livro didático de filosofia. Buscamos ir além, ao questionar como o livro didático de filosofia passou a ocupar a função de um dispositivo pedagógico para o ensino de filosofia nos dias de hoje.

Referências

Aula inaugural Marilena Chauí. UFPRTV. **Youtube**. 10 abril 2017. 1h52min5s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yAq7oyrvo1E>>. Acessado em: 19 abril de 2018.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DELEUZE, Gilles. **"O que é dispositivo?"**. Disponível em: <http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo> Acesso em: 23 abril 2018.

SALATIEL, J.R. **Metodologia do Ensino de Filosofia**. São Luís: Uemanet, 2011.

SILVEIRA, Thiago Coelho. **Ensino de filosofia no ensino médio: uma análise do livro iniciação á filosofia de Marilena Chauí**. Cadernos do PET Filosofia, Vol. 6, n. 11, Jan-Jul, 2015, p. 75-92

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.